

# “COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO PARANÁ: Evolução X Doutrina”

MARIA EDUVIRGE MARANDOLA<sup>a</sup>  
ROSSANA LOTT RODRIGUES<sup>b</sup>

## RESUMO

*O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução quantitativa do cooperativismo agropecuário paranaense no período 1976-1987, concomitantemente aos objetivos da doutrina cooperativista.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Cooperativismo agropecuário, Doutrina cooperativista, Plano Integrado.*

## 1 – INTRODUÇÃO

O cooperativismo agropecuário é a forma de associação cooperativa mais difundida no mundo, bem como no Brasil e no Paraná. Neste Estado, onde o setor agrícola é extremamente importante para a economia, a agricultura se constitui na base de sustentação das cooperativas, razão pela qual o cooperativismo agropecuário é, às vezes, denominado também de cooperativismo agrícola.

A agricultura paranaense, a partir de 1970, intensificou seu processo de diversificação da produção e de modernização tecnológica, fato que resultou num estreitamento das relações agricultura – indústria e na dependência da primeira em relação à segunda. Esta dependência se deu, principalmente, em função das exigências da indústria no que se refere à padronização e qualidade dos produtos primários e da necessidade da agricultura fazer uso de insumos e equipamentos industriais modernos, que conjugados com técnicas biológicas, resultem num maior volume e numa melhor qualidade da produção.

Também, no início dos anos 70, foi implantado o Plano Integrado sob a égide de três projetos específicos, PIC – Projeto Iguçu de Cooperativismo, NORCOOP – Projeto de Cooperativismo Norte do Paraná e SULCOOP – Projeto Centro Sul de Cooperativismo criados, respectivamente, em 1970, 1974 e 1976, com o objetivo de reorganizar as cooperativas do Paraná.

Ao longo dos anos, o cooperativismo agropecuário passou por transformações profundas e conhecer como ocorreram estas transformações, levando em consideração os princípios doutrinários originais criados pelos pioneiros de Rochdale, passou a ser uma das questões privilegiadas da literatura relativa ao tema.

Dentro desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução quantitativa do cooperativismo agropecuário no Paraná, no período 1976/87, e comparar

esta evolução com trabalhos que analisaram os objetivos a que se propõe a doutrina cooperativista e sua efetivação.

## 2 – METODOLOGIA

O estudo da evolução quantitativa do cooperativismo envolve a análise dos dados históricos de variáveis como número de cooperativas agropecuárias, número de associados, faturamento bruto, capital integralizado, produção recebida pelas cooperativas, capacidade armazenadora, dentre outras. Desse modo, este artigo foi desenvolvido utilizando-se dados de “10 Anos de Cooperativismo Paranaense” – 1976/86 e do Banco de Dados Cooperativista da ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e da OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná.

A análise engloba um período de 12 anos, com marco inicial em 1976, ano da instalação do 3o. e último projeto específico componente do Plano Integrado, e recorre ao cálculo de taxas de crescimento para o qual foi utilizada a seguinte expressão:

$$V_t = A(1 + r)^t \quad (1)$$

onde V representa os valores das variáveis em estudo e t o número de períodos transcorridos após a observação inicial. O modelo foi linearizado aplicando logaritmos à expressão (1), conforme detalhado em HOFFMANN et alii (1984), e as taxas de crescimento foram estimadas por meio de regressão linear, através do método dos Quadrados Mínimos Ordinários.

## 3 – HISTÓRICO

O cooperativismo, em moldes modernos, surgiu no

a. Departamento de Ciências Sociais – CESULON

b. Departamento de Economia – CESA/Universidade Estadual de Londrina

século XIX em Rochdale, pequena cidade situada nas cercanias de Manchester, Inglaterra, sob a iniciativa de vinte e oito tecelões. Esse grupo estava atravessando dificuldades financeiras e passou a estudar uma fórmula associativista que pudesse melhorar suas condições de vida. Como consequência, foi fundada a “Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale”, conforme BULGARELLI (1965), primeira cooperativa que se conhece, com registro datado de 24 de outubro de 1844, e que se transformou no marco histórico do sistema, ou seja, no primeiro resultado prático da soma de esforços e de recursos. Segundo SERRA (1977) “O homem do século passado descobria, assim, a fonte principal da sociedade humana, uma simbiose da ajuda mútua e da ajuda própria que tem sido considerada mais importante para a evolução humana do que a luta pela existência entre grupo e seres humanos”.

O cooperativismo é uma doutrina econômica que procura a reorganização da sociedade de forma a assegurar a “...harmonização das dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento, independente das condições estruturais concretas às quais se sobrepõe a ação cooperativa nas sociedades periféricas” (LOUREIRO, 1981).

Centrado no princípio básico da solidariedade moral e se constituindo na base de uma nova sociedade, onde não se admite a competição, a ganância e a existência de exploradores e explorados, o cooperativismo procura realizar seu ideal sem lançar mão de qualquer espécie de coerção.

Embora sua origem remonte a meados do século passado, foi somente a partir do término da Segunda Guerra Mundial que o cooperativismo se expandiu, firmando seu papel de instrumento técnico de desenvolvimento econômico.

No Brasil, o cooperativismo chegou trazido pelos imigrantes europeus e asiáticos através das correntes migratórias estabelecidas entre o final do século XIX e o início do século XX. Entre as cooperativas fundadas, destacaram-se as cooperativas de consumo em São Paulo, enquanto as cooperativas de crédito surgiram no Rio Grande do Sul, fruto da experiência dos imigrantes alemães. As entidades eram implantadas, com raras exceções, para servir como meio de defesa dos imigrantes contra as hostilidades apresentadas pelo novo “habitat”, onde geralmente, os estrangeiros sofriam a exploração social e econômica por parte das populações mais antigas.

Passado o primeiro impacto e a resistência inicial à implantação do sistema cooperativista, considerada até certo ponto natural por tratar-se de sistema inovador, o cooperativismo foi difundido e se expandiu de forma consistente, abrangendo quase todos os setores da economia. O cooperativismo agrícola foi o que mais se propagou e, atualmente no País, “...existem 1.250 cooperativas de produção agrícola com cerca de 1,5 milhão de cooperados (80 por cento de pequenos produtores), que produzem 50 por cento da soja, 90 por cento do trigo, 60 por cento do leite, detêm 30 por cento da capacidade armazenadora estática do Brasil e conta, ainda, com aproximadamente, 800 agroindústrias” (FOLHA DE LONDRINA, 27/06/87).

O movimento cooperativista brasileiro hoje “...envol-

vel 3,5 milhões de associados, o que representa um universo de 15 milhões de pessoas, ou seja, 12 por cento da produção brasileira” (FOLHA DE LONDRINA, 27/08/87).

No Paraná, para se falar do surgimento do cooperativismo é necessário citar o nome de Valentim P. Cuts, “...um agrônomo ucraniano que veio para o Brasil em 1912, por razões políticas, e que foi o pioneiro na implantação do sistema em nosso Estado. Sob sua orientação foram organizadas quatorze sociedades cooperativas no Paraná, duas em Santa Catarina e uma em São Paulo, no período de 1918/1930” (IPARDES, 1974).

Entretanto é interessante observar que o movimento cooperativista ocorre em resposta a uma crise, acompanhando na maioria dos casos, os ciclos econômicos. Estudo feito sobre o cooperativismo paranaense por TAVARES (1985) mostrou que o “...primeiro ciclo, o da mineração, na fase de ocupação do Sul do Estado, e o ciclo da madeira, década de 10 em diante, não estão associados à expansão cooperativista. No entanto, os demais ciclos, erva-mate (final do século passado até 1930), café (de 1930 até início dos anos setenta) e cereais (após o início da decadência do café até hoje) estão estreitamente relacionados com o movimento cooperativista”.

As crises que provocaram a criação do sistema cooperativista no Paraná foram oriundas da estagnação do mercado externo. De fato, na década de 30, os principais produtos para exportação produzidos no Estado do Paraná eram madeira, erva-mate e café. Com a retração da demanda da erva-mate pelo mercado externo, principalmente a Argentina que passou a cultivar o mate em seu território, e com o contínuo crescimento da produção estadual, surge o problema da superprodução e com ele a queda dos preços, obrigando os produtores a buscarem atividades mais rentáveis. Diante disso, surge a necessidade dos produtores se organizarem para defender seus interesses e, a criação de cooperativas pareceu ser uma saída viável. Os setores vinculados ao tradicional sistema de negócios procuravam dificultar a organização do produtor, mas a idéia ia se difundindo pelo interior e, cada vez mais, ficava evidente que para se proteger, os produtores deveriam se organizar, renunciando ao “...velho hábito de viver isolado e impotente para resistir a investidas dos intermediários, congregando-se em sociedades que pela união fossem se tornando fortes” (IPARDES, 1974). Com a ajuda do governo federal, foi criada uma comissão de defesa do preço, financiamento e desenvolvimento de uma rede de cooperativas com a sigla (COCPM) – Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate. O Programa tinha funções em âmbito nacional e “...as regiões ervaiteiras foram divididas em zonas e em cada uma se constituiu uma cooperativa de mate, com tantos postos de recebimento quantos fossem os locais de convergência da produção e uma numerosa cadeia de depósitos e armazéns para guarda e escoamento do produto” (IPARDES, 1974).

“O cooperativismo do mate, como se pode ver, estava ligado às próprias origens do movimento cooperativista no Paraná e deu provas do que é possível fazer no sentido da organização da produção e da comercialização, em benefício do produtor; mormente quando decidido apoio

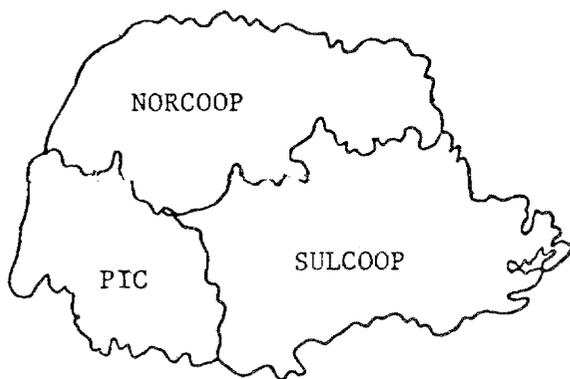
governamental ao setor. Neste sentido, a experiência histórica das cooperativas de mate, com seus acertos e desacertos, está a evidenciar subsídios de valor para a teoria e a prática do cooperativismo no Estado do Paraná" (IPARDES, 1974).

Fato idêntico ao cooperativismo do mate ocorreu com o cooperativismo do café. Suas raízes estão diretamente ligadas ao impacto da crise mundial ocorrida em 1929 que retraiu a vida econômica do País, centrada principalmente na monocultura cafeeira. A superprodução das últimas safras fez com que os preços caíssem vertiginosamente, e é neste momento que os poderes públicos voltam sua atenção para o cooperativismo.

O cooperativismo do café encontrou resistência inicial em razão das próprias características da atividade. Por se tratar de produto de exportação, os elevados ganhos percebidos pelos plantadores de café faziam com que "...estes buscassem, individualmente, a auto-suficiência de sua propriedade. Este fator foi o principal obstáculo à implantação do sistema e explica a lenta evolução do cooperativismo até o ano de 1957" (IPARDES, 1974).

Mas, foi somente a partir de 1969, com o desenvolvimento da cultura da soja, que se deu uma melhor reorganização das cooperativas existentes no Estado.

Em 1970, a Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – no Paraná, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo do Paraná – DAC – e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, depois de realizar vários estudos, iniciaram a implantação de um Plano Integrado, subdividido em três projetos, PIC, NORCOOP e SULCOOP, que viabilizasse a união dos esforços para integrar as cooperativas em plano estadual. As áreas de influência desses projetos encontram-se delineadas no mapa a seguir.



Fonte: IPARDES, 1974.

O Documento Base que regulamentou o Plano Integrado determinava que "...as três entidades, levando em conta as responsabilidades específicas de cada uma no campo do cooperativismo, trabalharão unidas e integradas de modo a não haver contradição ou dispersão nas atividades" (ACARPA/OCEPAR, 1987).

Considerado como laboratório e ponto de partida para a consecução do objetivo principal, uma vez que,

"...seria mais prudente e mais eficiente iniciar esse plano numa área reduzida ou mais ou menos homogênea ao invés de no Estado todo...", (ACARPA/OCEPAR, 1987) o PIC foi criado em 1970, contando com 12 cooperativas e abrangendo 45 municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná. Nesta área, o grande desenvolvimento do cooperativismo ocorreu face ao extraordinário crescimento da produção da soja, que foi ocupando após 1969, juntamente com o trigo, áreas antes cobertas por matas.

O Documento Base determinava que a área do Projeto Iguazu deveria ter uma rede de cooperativas locais o mais bem distribuída possível, procurando fortalecer as que apresentavam condições e viabilidade e desestimular as inviáveis,

até que deixassem de existir, de modo a servir adequadamente, todos os municípios sob sua responsabilidade.

O NORCOOP foi implantado em fevereiro de 1974, abrangendo 173 municípios com um total de 20 cooperativas.

E, finalmente, complementando o Plano Integrado, foi implantado o SULCOOP em 1976, englobando 69 municípios e 15 cooperativas.

Juntamente com a criação do Projeto Iguazu de Cooperativismo, ocorrida em 19 de novembro de 1970, foi organizada a criação de uma ou mais cooperativas Centrais na área do Projeto, tendo como finalidade, além das tarefas próprias de uma cooperativa de seu gênero, a coordenação em âmbito geral como forma de integração definitiva. Em 1987, o Paraná contava com 6 centrais e 1 confederação.

#### 4 – MARCO TEÓRICO

As cooperativas agropecuárias do Paraná, desde a sua criação, têm se constituído em importante elemento de implantação e difusão de inovações tecnológicas no campo, prestando, conforme SERRA (1981), "...assistência econômica e financeira a seus associados, entendendo-se por tal assistência, entre outras coisas, a remuneração feita aos produtos do campo, o barateamento dos insumos e de outros produtos utilizados na lavoura, a remuneração do capital social e a distribuição equitativa das eventuais sobras de final de exercício".

Em função do seu próprio desempenho, as cooperativas passaram a concorrer com empresas capitalistas que também se dedicam à comercialização de produtos agrícolas, mas que têm como objetivo primeiro o lucro e são descomprometidas com o aspecto social de seus clientes. Desse modo, como afirma SERRA (1981), "...a simples ameaça das empresas capitalistas, em termos de mercado, forçou as cooperativas a se distanciarem da doutrina que justificou a sua implantação, no século passado".

Esta nova situação levou as cooperativas a adotar avançados métodos administrativos e operacionais, antes encontrados apenas em empresas industriais urbanas. A idéia de que uma cooperativa constituída de agricultores deve ser administrada por agricultores deixou de existir. Segundo SERRA (1981), esta nova fase conta com o apoio do Governo Federal que, na pessoa do Sr. Toshio Shibuya,

então presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, afirmou que a “...cooperativa leve ser encarada como empresa de caráter comercial e, dessa maneira, preparada para enfrentar as provocações da competição, da concorrência, onde sobrevivem os que apresentam maior dinamismo e eficiência no comportamento comercial. A competição e a concorrência se encontram em todos os níveis empresariais e delas não estão imunes as cooperativas”.

De acordo com MOURA (1973), o cooperativismo, criado para o bem estar e desenvolvimento do associado, foi, aos poucos, sendo desviado dessa meta por líderes que ocupam cargos como forma de promoção pessoal, objetivando prestígio diante do Estado, sendo que estas lideranças, na maioria dos casos, não têm formação na área cooperativista e não conhecem a realidade da cooperativa. Por outro lado, quem tem esses conhecimentos nem sequer passa perto de uma “porta de cooperativa”.

De fato, o conteúdo dos primeiros estatutos cooperativos publicados continham todos os fins sociais necessários para prover o bem estar do associado e, na prática, também, eram acatadas todas as normas de forma a satisfazer plenamente os objetivos daquela época. Atualmente, porém, diante de nossa realidade, “...no campo teórico – os estudos doutrinários deixaram de constituir preocupação fundamental na área da Economia e no campo da prática – alguns fatos têm contribuído para que as cooperativas se esvaziem do seu conteúdo doutrinário e humanístico, tais como universalidade do movimento cooperativista, variedade crescente de tipos de cooperativas, aparecimento de super-estruturas cooperativas oficiais e rápido avanço tecnológico” (PINHO, 1973).

Todas estas transformações colocam os pequenos produtores diante de graves problemas quanto ao seu poder de participação dentro da cooperativa. Não que lhes seja negado este direito uma vez que, segundo SERRA (1981), “...o cooperado, apesar das transformações, continua valendo um voto nas assembléias gerais, não importando quanto possua ou quantas sacas de café ou toneladas de soja tenha produzido, o que não deixa de ser um dos resquícios da filosofia cooperativista”. Todavia o próprio sistema onde vivem não faz com que se sintam encorajados a opinar nas decisões que são tomadas. A pouca participação dos pequenos produtores em assembléias e outras atividades que são promovidas pelas cooperativas está patente em estudos de caso realizados em Londrina (PR) e Biguaçu (SC) onde os produtores, quando entrevistados para saber a razão dessa omissão, responderam sentir que “...sua opinião não tem valor decisivo” (BUZANELLO, 1984 e SONOMURA, 1986).

Ao se analisar porque isso ocorre, é importante lembrar que, de acordo com BENECKE (1980) “...o analfabetismo e a educação insuficiente concentram-se nos estratos de menores rendas. Tendo em vista que estes bolsões da população constituem a maior parte dos associados, as cooperativas devem dar especial atenção à situação educacional”. O cooperado com bom nível educacional tem mais condições e interesse para entender os mecanismos do sistema e a própria estrutura do trabalho conjunto, se sente

mais seguro de seus atos, tem consciência de seus direitos e deveres além de saber da importância de seu trabalho dentro da cooperativa e de sua opinião nas decisões que definirão os rumos de uma sociedade da qual ele faz parte. Assim, também com o objetivo de cuidar da situação educacional dos cooperados, as cooperativas deveriam utilizar os recursos do Fundo de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES. Entretanto, “...os próprios recursos do FATES são freqüentemente desviados para outros fins que não os previstos, por exemplo, para capital de giro ou para imobilizações, deixando de atender ao importante setor de assistência técnica e da educação cooperativista do associado” (SCHENEIDER, 1982).

Desse modo, se o crescimento alcançado pelo cooperativismo produz bons resultados econômicos e financeiros, deixa de produzi-los no campo social, uma vez que, conforme SERRA (1981), “...o produtor paranaense passou a ver na sua entidade mais um instrumento de ganhar dinheiro do que um instrumento de aproximação e mútua colaboração com outros produtores rurais”. O que interessa de fato aos associados é que as cooperativas remunerem bem os seus produtos, forneçam insumos, implementos e demais bens necessários à agricultura e distribuam boas sobras no final do exercício. De acordo com o citado autor, “...filiar-se a uma cooperativa passa, como conseqüência, a ter significado de um investimento que deve produzir lucros imediatos”.

Nesta altura, merece destaque a questão do gigantismo lembrada por PINHO (1973) e enfatizada por SERRA (1981), segundo o qual, a incapacidade das entidades em maximizar os lucros e minimizar os custos, resultando na perda do associado e no conseqüente desaparecimento gradativo das vantagens, leva as cooperativas em crise a optar entre fechar suas portas, o que no Paraná tenta-se evitar até as últimas conseqüências, ou se oferecer para serem incorporadas por outras mais fortes, destino de várias entidades paranaenses. Tanto no Brasil, de modo geral, como no Paraná, em particular, as cooperativas não têm limites dentro de sua concorrência de mercado, respeitando apenas a área de ação e de responsabilidade. Para o autor “...impedir o gigantismo parece ser fundamental para que o produtor associado sintam-se ao nível de sua sociedade e participe o máximo possível de suas iniciativas”.

Entretanto, isto parece difícil e até mesmo impossível dada a realidade da economia capitalista. “A organização cooperativa, porque inserida no sistema capitalista, acaba por corresponder às exigências para sobreviver como associação. Portanto, em suas características organizacionais, uma cooperativa de produtos rurais, por exemplo, coincide com os pontos vitais da própria gênese da produção capitalista: congrega a ação simultânea de um número elevado de produtores que se encontram no mesmo campo de atividades – a exploração do solo, produzindo, pois, a mesma espécie de mercadoria – os produtos agrícolas e, embora não estejam sob o comando de um mesmo capital, na medida em que a atividade mercantil que desempenham requer alta composição de capital, não raras vezes, a cooperativa exerce funções de repassadora de financiamento, como entidade legal” (ARAUJO, 1982).

Essas características, inerentes à gênese do modo de produção capitalista, tendem a se ampliar na medida em que a competição e a acumulação passam a integrar a realidade da cooperativa, tornando-a estranha aos princípios originais do cooperativismo. Segundo MARANDOLA & RODRIGUES (1988), a doutrina cooperativista vem sendo substituída por um conjunto de princípios que descaracteriza o sistema cooperativo.

## 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Paraná, onde o setor primário tem importância econômica indiscutível, notadamente a agricultura, que participa com cerca de 30% da produção de grãos do País, o cooperativismo agropecuário assume real expressividade.

Em que pese o cooperativismo agropecuário paranaense ter sua origem remontada ao início do século, sua expansão se deu somente a partir dos anos 60, quando a erradicação de 250 milhões de pés de café, que atingiu grande parte dos municípios do Estado entre 1962 e 1967, possibilitou a expansão de outras culturas, notadamente a soja, em áreas antes dedicadas exclusivamente à cultura cafeeira. Paralelamente, ocorre também uma mudança na mentalidade “auto-suficiente” dos cafeicultores que se torna mais flexível, voltada ao trabalho cooperativo.

A partir de 1970, a agricultura paranaense intensificou a diversificação da produção e a modernização tecnológica em resposta aos estímulos das políticas de incentivo à exportação e aos preços em ascensão dos produtos agrícolas no mercado internacional. Todos esses fatores, aliados à reestruturação do cooperativismo, iniciada em 1974 via Plano Integrado, e às crises econômicas ocorridas no País e no Estado, refletiram no comportamento do cooperativismo agropecuário paranaense, reforçando sua importância. Assim é que, em 1976, quando foi implantado o 3o. e último projeto componente do Plano Integrado, existiam no Estado 282 cooperativas das quais 72 eram agropecuárias, perfazendo uma participação de 25%, como mostra a Tabela 1.

Dentro da filosofia do Plano Integrado, o Documento Base sugeria a eliminação ou incorporação de cooperativas consideradas inviáveis às que tivessem maior força de atuação na mesma área. Uma vez que, em 1977 o Plano Integrado já se encontrava totalmente implantado a sugestão do Documento Base pode estar dentre os fatores que contribuíram para a redução do número de cooperativas a partir daquele ano. Esta redução foi mais significativa para o total das cooperativas do que para as agropecuárias em particular, fato que permitiu um crescimento da participação destas últimas no total.

Os anos de 1982/83 marcam o início de uma fase de crescimento do número de cooperativas, cujo total atinge seu mais alto valor em 1985, 307 cooperativas, acompanhado, também, pelo número récorde de agropecuárias, 78.

A partir de 1986, enquanto o número de cooperativas agropecuárias se mantém, o número total se reduz a pouco mais da metade em 1987, crescendo assim a participação

das primeiras nas últimas para 50% neste ano, conforme a Tabela 1.

Finalmente, enquanto o número total de cooperativas apresentou uma taxa decrescente da ordem de 3,33% ao ano no período 1976/87, o número de cooperativas agropecuárias cresceu, a 0,15% ao ano no mesmo período.

TABELA 1 – Total de Cooperativas, Cooperativas Agropecuárias e Associados das Agropecuárias, Paraná, 1976/87

Anos	Total de Cooperativas (1)	Cooperativas Agropecuárias (2)	(2)/(1) (Em %) (3)	Associados das Agropecuárias (4)
1976	282	72	25	66.282
1977	284	74	26	73.628
1978	261	68	26	76.231
1979	264	68	25	86.639
1980	243	69	28	106.748
1981	221	70	31	126.309
1982	217	67	30	145.211
1983	237	67	28	161.525
1984	272	74	27	184.345
1985	307	78	25	188.901
1986	201	70	34	193.546
1987	139	70	50	197.497

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988).

Contudo, para se constatar o crescimento do cooperativismo agropecuário no Estado, nos últimos doze anos, mais importante do que o número de cooperativas é o de associados. A Tabela 1 evidencia que no início do período, o número de associados das cooperativas agropecuárias do Paraná estava em torno de 66.000, passando para cerca de 197.000 no último ano, ou seja, enquanto o número de cooperativas reduziu de 72 para 70, apesar de ter apresentado uma taxa de crescimento positiva de 0,15% ao ano no período de 1976/87, o número de associados aumentou, em aproximadamente, três vezes neste período ou, em outras palavras, cresceu a uma taxa de 11,92% ao ano. A conjugação destes dados mostra que, se por um lado, as cooperativas não têm apresentado crescimento significativo em número, por outro, elas têm crescido em extensão, uma vez que cada novo sócio que se filia a uma cooperativa significa mais um membro ativo que vai refletir na área de abrangência da mesma, possibilitando a abertura de novos entrepostos, resultando num maior volume de produção recebida, na redução dos custos pelo rateio, em melhores preços na compra dos insumos pelo volume adquirido, bem como em um maior faturamento bruto e capital integralizado.

Para as cooperativas, o faturamento bruto consiste no total das receitas obtidas no exercício e se compõe dos itens sementes, insumos, bens de consumo, comercialização da produção “in natura” e outros serviços complementares. A Tabela 2 mostra a evolução do faturamento bruto no período em análise, cuja taxa anual de crescimento foi de 9,26%.

De acordo com o Estatuto das cooperativas, cada associado, ao ser admitido, deve subscrever capital social, o qual poderá ser pago de uma só vez ou em parcelas mensais (quotas-partes). Se o associado pagar o capital subscrito de uma só vez, este capital passa a ser capital integralizado ou realizado. Se ele pagar parcelado, à medida que for quitando as mensalidades, as mesmas vão formando o capital integralizado, cuja evolução pode ser vista na Tabela 2. Esta variável apresentou a tendência de crescer a uma taxa de 14,68% ao ano no período 1976/87.

**TABELA 2 – Faturamento Bruto e Capital Integralizado das Cooperativas Agropecuárias, Paraná, 1976-87.**

(Em 1.000 Cz\$ de 1987)\*

Anos	Faturamento Bruto	Capital Integralizado
1976	62.217.121	1.467.026
1977**	60.615.085	1.985.356
1978**	60.838.789	2.347.389
1979	79.829.365	2.789.098
1980	92.592.397	2.619.447
1981	86.623.041	2.439.112
1982	105.301.083	2.616.354
1983	108.726.944	5.020.547
1984	138.980.140	3.743.308
1985	160.228.455	5.415.928
1986	124.764.975	5.695.990
1987	135.982.038	6.322.100

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988).

\* Dados reais calculados a partir do IGP-DI, Revista Conjuntura Econômica, FGV.

\*\* O Capital Integralizado e o Faturamento Bruto incluem as centrais a partir de 1977 e 1978, respectivamente.

Como corolário do significativo aumento do número de associados, verificou-se um reflexo positivo sobre o faturamento bruto e o capital integralizado ao longo dos anos em estudo. Cabe esclarecer que a participação do faturamento bruto no capital integralizado está associada ao percentual daquele que as cooperativas, de acordo com seus estatutos, estabelecem para ser incorporado neste. É de se esperar que a evolução crescente do faturamento bruto implique num crescimento do capital integralizado (Tabela 2).

Em 1970, com a criação do Plano Integrado, que dividiu o Estado em três Regiões, cada uma sob a responsabilidade de um projeto específico, foi possível obter informações desagregadas a nível de cada projeto. Embora o PIC tenha sido implantado em 1970, os dados para todos os projetos somente estão disponíveis a partir de 1976, ano da instalação do 3o. e último projeto, o SULCOOP.

Antes de entrar na análise a nível de projetos, é interessante caracterizar as atividades exercidas em suas respectivas áreas, uma vez que estas serão um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento de cada projeto específico, como se verá posteriormente.

O PIC está localizado numa área onde os produtores

exercem atividades voltadas à comercialização da soja, trigo, milho, feijão e arroz. O NORCOOP, por sua vez, está instalado numa região onde se verifica alguma industrialização e grande diversificação de culturas, sendo as principais soja, trigo, algodão, cana-de-açúcar e café, além da produção de óleo e farelo de soja. Por fim, o SULCOOP se encontra numa região onde os produtores se dedicam a produtos tradicionais cultivados com pouca técnica, utilizando, basicamente, a mão-de-obra familiar, ao lado de um número menor de produtores que trabalham, principalmente, com produtos pecuários e, em alguns casos, com soja e trigo.

A Tabela 3 mostra o número de associados por projeto. Como se vê, o NORCOOP foi o projeto que apresentou o maior crescimento do número de associados no período, ou seja, 101.531 novos sócios, perfazendo uma taxa anual de crescimento de 18,95%. Merece também destaque o PIC com um aumento de 29.741 associados, o que representa uma taxa de crescimento de 6,87% ao ano no período 1976/87. O SULCOOP apresentou um comportamento diferenciado. Enquanto o PIC e o NORCOOP apresentaram um crescimento contínuo do número de associados ao longo do período 1976/87, o SULCOOP teve o crescimento bruscamente reduzido em 1978. Acredita-se que a razão desta queda seja, em grande parte, reflexo da liquidação da RURALSUL – Cooperativa dos Produtores Rurais do Paraná Ltda –, com 5.248 associados, ocorrida em 1978. Todavia, o projeto veio recuperando o número de associados, apesar de se encontrar, em 1987, com 57 sócios a menos, relativamente ao início do período, apresentando uma taxa anual de crescimento de apenas 0,3%.

**TABELA 3 – Número de Associados das Cooperativas Agropecuárias por Projeto, Paraná 1976/87**

Anos	Projetos			
	PIC	SULCOOP	NORCOOP	TOTAL
1976	30.257	14.220	21.805	66.282
1977	33.366	14.302	25.960	73.628
1978	36.560	8.674	30.997	76.231
1979	39.155	8.999	38.485	86.639
1980	44.042	9.513	53.193	106.748
1981	50.362	10.669	65.278	126.309
1982	55.099	11.726	78.386	145.211
1983	57.193	10.451	93.881	161.525
1984	61.594	10.897	111.854	184.345
1985	58.066	11.684	119.151	188.901
1986	58.748	12.946	121.852	193.546
1987	59.998	14.163	123.336	197.497

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988)

A evolução do número de associados por projeto dá idéia do crescimento do quadro social das cooperativas integrantes destes, mas não permite concluir qual parcela dos produtores rurais é efetivamente atendida e qual o potencial a ser desenvolvido pelas cooperativas em suas respectivas áreas estatutárias. Antes de verificar isto, é necessário esclarecer o que é área estatutária e o que é área

de responsabilidade de uma cooperativa. A área de responsabilidade representa o território para operação da cooperativa, ficando a mesma com o encargo de prestar todo o atendimento às necessidades de seus associados, enquanto que a área estatutária é aquela que consta no Estatuto Social e que, originalmente, representa a área na qual a cooperativa está limitada, seja para admissão de associados, seja para sua atuação propriamente dita. A área de responsabilidade nunca poderá ser maior do que a área prevista no estatuto sendo, freqüentemente, menor. De acordo com o Documento Base, a harmonia de integração entre as cooperativas seria alcançada com base no princípio de área de responsabilidade, por meio de mútuo consentimento.

A Tabela 4 apresenta o percentual de produtores rurais associados às cooperativas por projeto. Por ela pode-se constatar que, ao longo do período em observação, o NORCOOP apresentou o maior percentual de produtores rurais associados, chegando em 1987 a 63% restando, ainda, um potencial a desenvolver de 37%. O PIC também apresentou um crescimento significativo com 42% em 1987, ficando com 58% de produtores de sua área estatutária para serem incorporados. Por último, aparece o SULCOOP com apenas 12%, tendo ainda muito trabalho a ser executado, ou seja, integrar 88% dos produtores rurais em suas cooperativas. Em 1987, 43% dos produtores rurais do Paraná eram associados restando, portanto, um potencial de 57%, o que representa, ainda, muito campo de trabalho para as cooperativas. Por outro lado, nota-se que o percentual de produtores associados cresceu de forma expressiva, uma vez que, em 1978, representava apenas 16%. Esse crescimento nítido do número de associados ao longo dos doze anos analisados reforça a importância do cooperativismo agropecuário paranaense e mostra que, progressivamente, as cooperativas vêm desenvolvendo um bom trabalho no sentido de expandir o seu quadro social e sua área de responsabilidade.

TABELA 4 – Percentual de Produtores Rurais Associados às Cooperativas Agropecuárias por Projeto, Paraná, 1976-87

Projetos				
Anos	PIC	SULCOOP	NORCOOP	TOTAL
1976	*	*	*	*
1977	*	*	*	*
1978	27	8	14	16
1979	29	8	17	18
1980	30	8	27	24
1981	35	10	34	28
1982	39	11	40	32
1983	40	10	49	37
1984	42	9	58	40
1985	41	10	62	42
1986	41	11	63	42
1987	42	12	63	43

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988)

\* Dados não disponíveis.

No que se refere ao faturamento bruto e ao capital integralizado por projeto, o NORCOOP foi o responsável pelo maior crescimento. Estes resultados já eram esperados em função das atividades desenvolvidas em sua área e da expansão significativa de seu quadro social. Por outro lado, o SULCOOP teve o pior desempenho.

A crescente importância das cooperativas agropecuárias no total das cooperativas no período 1976-1987, a ampliação do quadro de associados, a elevação do faturamento bruto e do capital integralizado, resultaram de uma maior participação daquelas na produção primária paranaense. Assim é que, na safra 75/76, apenas 20% da produção do Estado estava a cargo das cooperativas, ao passo que, na safra 86/87, a participação destas aumentou para 42% (Tabela 5).

Dentre os produtos que vêm adquirindo maior importância para as cooperativas estão o trigo, a soja, o algodão, a cevada e suínos para corte. No que se refere ao trigo, nas safras 75/76 e 81/82, as cooperativas responderam por 67% e 79% da produção, respectivamente, chegando na safra 86/87 com 82%. Quanto à soja, as cooperativas foram responsáveis por 33%, 57% e 70% da produção nas safras de 75/76, 81/82 e 86/87, respectivamente. O algodão tem mostrado uma participação crescente por parte das cooperativas uma vez que esta passou de 7%, na safra de 75/76, para 54% na safra de 86/87. No tocante à cevada e aos suínos para corte, as cooperativas, que na safra 81/82 participaram com 47% e 23% da produção, respectivamente, passaram para 100% e 53% na safra 86/87, respectivamente (Tabela 5).

No que se refere a produção recebida pelas cooperativas por projeto, verificou-se que o NORCOOP, mais uma vez, se destacou, seguido pelo PIC e SULCOOP, respectivamente.

Com o aumento da produção recebida pelas cooperativas agropecuárias retratado na Tabela 5, houve a necessidade de aumentar a estrutura de armazenagem. É interessante lembrar que a maioria dos armazéns das cooperativas foi construída aproveitando os recursos subsidiados do PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenamento, os quais eram abundantes e altamente vantajosos, e dos bancos de desenvolvimento, tais como BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento e BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná, com longos anos de prazo para pagamento. Esta arrancada começou a partir de 1970, acompanhando a evolução das culturas de trigo e soja.

A Tabela 6 mostra a capacidade armazenadora das cooperativas e do Paraná para o período 1976/87, bem como a participação das cooperativas no total do Estado, a qual foi de 34%, em média, no período. Constatou-se uma evolução maior da capacidade armazenadora para o Estado até 1980 e para as cooperativas a partir de 1981. Não obstante, as cooperativas agropecuárias apresentaram uma taxa anual de crescimento da capacidade armazenadora da ordem de 5,7% ao passo que a do Estado mostrou a tendência de crescer a uma taxa mais modesta, 3,28% ao ano, no período em análise.

A performance da capacidade armazenadora das co-

TABELA 5 – Participação das Cooperativas Agropecuárias na Produção Paranaense, Produtos Seleccionados, Safras 75/76, 81/82 e 86/87

(Em toneladas)

PRODUTOS	SAFRA 75/76			SAFRA 81/82			SAFRA 86/87		
	PARANÁ	COOPERATIVAS	%	PARANÁ	COOPERATIVAS	%	PARANÁ	COOPERATIVAS	%
Soja	4.500.000	1.494.116	33	4.200.000	2.393.072	57	3.810.000	2.664.692	70
Trigo	1.160.640	774.642	17	1.025.000	814.600	79	3.300.000	2.709.039	82
Milho	4.822.900	122.839	02	5.430.000	1.684.890	31	7.641.800	2.835.637	37
Feijão	587.805	2.877	05	663.800	245.845	37	391.355	93.747	24
Arroz	1.088.822	60.820	06	256.620	42.760	17	342.844	78.561	23
Cevada**	*	*	*	31.240	14.687	47	92.000	115.242	100
Café	461.000	49.924	11	126.000	50.185	40	510.000	225.417	44
Algodão	280.833	19.988	07	739.000	292.256	40	711.880	382.840	54
Batata	645.394	42.684	07	598.553	69.082	12	*	*	*
Cana-de-Açúcar	2.605.546	676.481	26	6.750.000	1.242.176	18	11.911.431	3.036.987	26
Leite (Em 1.000ℓ)	170.000	92.063	54	797.200	252.549	32	509.123	341.535	67
Aves p/corte	*	*	*	135.000	27.771	21	297.854	57.866	19
Bovinos p/corte	*	*	*	184.714	851	—	173.868	755	—
Suínos p/corte	*	*	*	127.367	29.565	23	124.245	66.362	53
<b>TOTAL</b>	<b>16.323.008</b>	<b>3.336.434</b>	<b>20</b>	<b>21.069.494</b>	<b>7.161.289</b>	<b>34</b>	<b>29.816.400</b>	<b>12.608.700</b>	<b>42</b>

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988).

\* Dados não disponíveis.

\*\* A produção de cevada recebida pelas cooperativas na safra 86/87 é superior à produção do Estado porque a cooperativa AGRÁRIA adquiriu o produto de outros Estados.

TABELA 6 – Capacidade Armazenadora das Cooperativas Agropecuárias por Projeto, Paraná, 1976-87

(Em toneladas)

Anos	Projetos				TOTAL-COOP (1)	TOTAL-PR.(1)/(2) (2) (Em %)
	PIC	SULCOOP	NORCOOP	CENTRAIS		
1976	1.489.803	735.770	1.706.545	**	3.932.118	11.557.598 34
1977	1.488.173	616.820	1.505.407	130.000	3.740.400	11.557.598 32
1978	1.548.043	602.177	1.594.071	117.000	3.857.291	12.394.256 31
1979	1.683.989	636.218	1.772.672	146.800	4.189.679	14.260.382 29
1980	1.865.545	663.670	1.909.331	130.200	4.568.726	15.810.287 29
1981	2.009.118	714.672	2.017.539	164.460	4.904.789	14.647.557 33
1982	2.043.089	676.668	2.036.121	140.000	5.165.878	14.920.280 35
1983	2.106.438	728.614	2.546.448	240.060	5.621.600	15.160.126 37
1984	2.284.774	737.124	2.741.165	240.060	6.003.823	15.160.126 40
1985	2.237.099	759.078	2.687.997	164.510	5.848.684	15.968.915 37
1986	2.247.185	842.175	2.848.970	208.240	6.146.570	16.455.838* 37
1987	2.346.959	926.222	3.290.946	212.540	6.776.667	16.767.391 40

FONTE: ACARPA/OCEPAR, 10 Anos de Cooperativismo Paranaense – 1976/86 (1987) e Banco de Dados Cooperativista (1987 e 1988).

\* Dado fornecido pela COPASA – Companhia Paranaense de Silos e Armazenagem.

\*\* Dado não disponível.

operativas no período pode ser melhor avaliada quando se comparam os valores da Tabela 6 com os da Tabela 3. Assim, em 1976, a capacidade de armazenamento para cada associado era de 59 toneladas, ao passo que, em 1987, a disponibilidade individual era de apenas 34 toneladas. Essa redução de 25 toneladas/associado foi consequência do descompasso entre o crescimento significativo do número de associados e a evolução relativamente lenta da capacidade armazenadora das cooperativas, não obstante os esforços para ampliá-la.

Ainda considerando a capacidade armazenadora por associado e analisando os projetos individualmente, verificou-se que o SULCOOP apresentou a melhor performance, enquanto o PIC e o NORCOOP tiveram quedas significativas no valor dessa relação ao longo do período. Estes dois últimos projetos, principalmente o NORCOOP, apresentaram um crescimento muito grande do número de associados que não foi acompanhado pela capacidade armazenadora. Já o SULCOOP, como salientado anteriormente, teve um crescimento pequeno no número de associados no período, permitindo uma maior disponibilidade armazenadora por associado.

Dentro dos objetivos do Plano Integrado estava o de definir para cada cooperativa, considerada viável, sua área específica de atuação e abrangência e, como meio de melhorar o atendimento aos associados, implantar os entrepostos. A opção por entrepostos e não por novas cooperativas se deu em função do alto custo e da capacidade limitada dos investimentos, bem como da oneração dos encargos financeiros resultante da construção de grandes armazéns. A construção de unidades menores e mini-pólos tem sido a forma mais utilizada pelas cooperativas para suprir as necessidades e, principalmente, atender os associados de sua área de abrangência, uma vez que os entrepostos também dispõem de estruturas de armazenagem, comercialização, fornecimento de insumos, crédito, assistência técnica, produção de sementes e educação cooperativista. Assim é que, no período 1976/87 foram implantados 641 novos entrepostos, destacando-se o NORCOOP com um crescimento de 301 unidades. Possivelmente, aqui reside mais uma razão para a redução do número de cooperativas após a implantação do Plano Integrado em 1976.

Outro fator importante para o associado, além dos entrepostos, é o transporte que permite o escoamento da produção e ainda traz até o produtor os insumos indispensáveis para sua atividade. Em 1976, as cooperativas agropecuárias possuíam 630 veículos e, em 1987, 3.217 novos veículos foram adquiridos. Do total de veículos que as cooperativas possuíam em 1987, 1.769 eram caminhões (46%), 1.701 automóveis (44,2%), 320 utilitários/ônibus (8,3%), 46 motocicletas (1,2%) e 11 eram aviões (0,3%). Além dos veículos, as cooperativas contam ainda com a patrulha mecanizada que viabiliza o preparo do solo, o plantio e a colheita. No ano de 1987, a patrulha mecanizada contava com 126 carregadeiras, 17 moto-niveladoras, 28 colheitadeiras, 299 tratores e 61 caçambas.

No que se refere aos projetos, o que apresentou maior crescimento nos meios de transporte foi o

NORCOOP, com 1.774 veículos a mais em 1987, relativamente a 1976. O PIC e o SULCOOP apresentaram um aumento do número de veículos de 862 e 242, respectivamente, no mesmo período.

A evolução do número de associados, refletindo em maior produção recebida pelas cooperativas, tem ainda, como consequência, além da necessidade de ampliação da capacidade armazenadora e do transporte, o crescimento da quantidade de insumos repassados aos sócios.

Antigamente, o fornecimento de insumos pelas cooperativas se limitava apenas aos adubos, agrotóxicos e sementes. Com o passar dos anos, elas se estruturaram para fornecer praticamente tudo que o produtor necessita. Assim é que, ao longo do período em análise, as cooperativas agropecuárias repassaram aos associados um montante significativo e crescente de insumos, cabendo ao NORCOOP o maior volume. Considerando apenas a semente, que é o mais antigo e mais importante insumo repassado aos associados, e as mudas, as cooperativas agropecuárias forneceram, em 1987, 445.979 toneladas. Deste total, 345.597 foram produzidas por elas através dos cooperados, perfazendo uma participação de 77,5%.

A ampliação das atividades nas cooperativas agropecuárias vem exigindo, concomitantemente, a ampliação do quadro funcional das instituições. Neste sentido, de um total de 5.961 funcionários em 1976, as agropecuárias passaram para 35.218, em 1987. Dentre os projetos, o NORCOOP, mais uma vez, se sobressaiu.

O confronto do quadro funcional com os dados da Tabela 3 permitiu constatar que, enquanto em 1976 existia 1 funcionário para 11 associados, em 1987 essa relação ficou em torno de 1 para 6, revelando que o número de funcionários tem crescido mais rapidamente do que o número de associados.

A análise do cooperativismo agropecuário paranaense no período 1976/87 deixou patente o seu crescimento no que se refere ao aspecto quantitativo. Embora uma análise pormenorizada das causas desse crescimento quantitativo não seja objetivo deste trabalho, poder-se-ia citar, como uma delas, as crises econômicas que funcionam como aglutinadoras de produtores em torno do objetivo de enfrentar as dificuldades oriundas daquelas e, assim, defender seus interesses.

Entretanto, a existência de boas referências sobre o assunto não nos impede de remeter um estudo mais ambicioso, que incorpore novas causas ao crescimento cooperativista do Estado, à futuras pesquisas.

O cooperativismo agropecuário paranaense, num período de 12 anos, apresentou um aumento no quadro social e funcional, no capital integralizado e no faturamento bruto, na quantidade de insumos repassada, na capacidade armazenadora, no número de entrepostos, no tamanho das cooperativas e na participação destas na produção agropecuária do Estado. Todavia, o confronto desse crescimento quantitativo com a literatura que estuda a transformação qualitativa do sistema cooperativista, transformação entendida como mudanças nos objetivos originais do cooperativismo, deixa claro que tem havido um distanciamento progressivo entre os aspectos doutrinários inerentes ao mo-

vimento e a prática atual. Este distanciamento, fruto da concorrência das cooperativas com as empresas capitalistas, descaracteriza o sistema cooperativo.

#### 6 – CONCLUSÃO

A partir de 1970, o Paraná foi palco de um processo de diversificação da produção e de modernização tecnológica na agricultura. Paralelamente, implantava-se no Estado o Plano Integrado, composto pelo PIC, NORCOOP e SULCOOP, objetivando reestruturar o sistema cooperativista. Dentro desse contexto, o cooperativismo agropecuário passou por transformações quantitativas e qualitativas importantes.

Quanto ao aspecto quantitativo, as cooperativas reforçaram sua participação na produção agrícola do Estado, alcançando 42% em 1987, índice que foi acompanhado do crescimento do faturamento bruto e do capital integralizado. Todavia, a maior expressão do movimento está cen-

trada no crescimento do número de associados, razão de ser do sistema cooperativista, que no período 1976/87 aumentou em aproximadamente três vezes ou, em outras palavras, cresceu a uma taxa anual de 11,92%. No tocante aos projetos, o NORCOOP apresentou a melhor performance, fato que pode ser associado a uma melhor aptidão agrícola da região, à diversificação de culturas e à presença de indústria, dentre outros.

Esta evolução quantitativa, entretanto, correspondeu à uma transformação qualitativa, entendida aqui como a não perpetuação dos objetivos originais do movimento cooperativista. A doutrina cooperativista está sendo substituída por uma doutrina capitalista, onde o lucro é o objetivo primeiro. Quando isso ocorre, o aspecto econômico se sobrepõe ao social, violando o objetivo de harmonizar as dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento inerente ao cooperativismo.

#### ABSTRACT

*The aim of this article is to analyse the quantitative evolution of agriculture and cattle raising cooperativism in Paraná state from 1976 to 1987, along with the aims of the cooperativist doctrine.*

**KEY WORDS:** *Agriculture and cattle raising cooperativism, cooperativist doctrine, Integrated plan.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – ACARPA/OCEPAR. *10 anos de cooperativismo paranaense: 1976/1986*. Curitiba, 1987.
- 2 – -----. *Banco de dados cooperativista*. Curitiba, 1987/88. Vols. XI e XII.
- 3 – ARAUJO, S.M.P. de. *Eles as cooperativas: Um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba, Projeto, 1982. 215p.
- 4 – BENECKE, D.W. *Cooperativas e desenvolvimento; o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento nos países do 3o. mundo*. Porto Alegre, Assocene, 1980. 240p.
- 5 – BULGARELLI, W. *O regime jurídico das sociedades cooperativas*. São Paulo, Pioneira, 1965. 235p.
- 6 – BUZANELLO, A.J. et alii. *Produtores agrícolas e a cooperativa; suas relações contraditórias*. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, 13(43): 21-54, 1984.
- 7 – DEFLAÇÃO para o mercado futuro pode falir cooperativas. *Folha de Londrina*, Londrina, 27/06/87, cad. 2.
- 8 – FGV. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 42(6): 54, 1988.
- 9 – HOFFMANN, R. et alii. *Administração da empresa agrícola*. São Paulo, Pioneira, 1984. 326p.
- 10 – IPARDES. *Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná: diagnóstico e análises*. 1974. v.1.
- 11 – LOUREIRO, M.R. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981. 155p.
- 12 – MARANDOLA, M.E. & RODRIGUES, R.L. *Cooperativismo agropecuário paranaense; evolução no período 1966-1985*. *Terra e Cultura*, Londrina, 3(9): 65-84, 1988.
- 13 – MOURA, V. *Caráter e tendências do movimento cooperativo no Brasil*. In: *A problemática cooperativista do desenvolvimento econômico*. São Paulo, 1973.
- 14 – PINHO, D.B. *A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico*. In: *A problemática cooperativista do desenvolvimento econômico*. São Paulo, 1973.
- 15 – PRESIDENTE DA OCB critica falta de estímulo ao cooperativismo. *Folha de Londrina*, Londrina, 27/08/87, p.10, cad.1
- 16 – SCHENEIDER, J.O. *O panorama mundial, nacional e estadual do Cooperativismo*. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, 12(38): 9-46, 1982.
- 17 – SERRA, E. *A participação do cooperativismo na organização do espaço agrário no norte do Paraná; o caso da COCAMAR*. Maringá, Londrina, 1977.
- 18 – -----. *Cooperativismo agrário e suas características no Paraná*. *Terra e Cultura*, Londrina, 1(1): 144-146, 1981.
- 19 – SONOMURA, M.G.Y. *A forma de assistência mútua oferecida pelas cooperativas londrinenses está sendo satisfatória a seus associados especialmente a pequenos proprietários da região norte paranaense na atual fase conjuntural de transição político-econômico porque passa o país: caso específico da Cooperativa Agropecuária de Londrina Sociedade de Responsabilidade Limitada – CATIVA*. Londrina, 1986.
- 20 – TAVARES, M.A.R. *Cooperativismo no Paraná: Estudo de Caso (Abordagem Econômica)*. Londrina, CNPq/FUEL, 1985.

Recebido para publicação em 21/07/89